

Verde, não se poderá alterar os fundamentos do extensionismo clássico. Em alguns casos, poderá no máximo haver apenas a inclusão no mesmo modelo apenas os discursos da participação, da equidade e da sustentabilidade.

2.4 - O MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA REVOLUÇÃO VERDE

2.4.1 – Origem e caracterização do modelo

O modelo de desenvolvimento da Revolução Verde foi implantado após a 2ª guerra mundial com o surgimento e a expansão do modelo euro-americano de modernização agrícola e, com ele, a produção especializada. Esse modelo produtivista respondia a necessidades desses países, mas não era necessariamente adaptado às necessidades dos países do Sul (MAZOYER: 1991). Como chegou a ser implantado no Brasil?

Foi a partir de recursos oriundos de convênios com a USAID, Fundação Ford, Fundação Rockefeller e outros que foram implementados em primeiro lugar serviços de extensão rural em Minas Gerais (Ver capítulo seguinte). Posteriormente, o modelo americano foi também estendido à pesquisa e ao ensino de ciências agrárias. As primeiras escolas de agronomia brasileiras (ESALQ, ENA, UFRGS, UFV, UFPE) foram conveniadas com as Universidades americanas (OHIO, WISCONSIN, PURDUE, NORT CAROLINE), o que as levou a uma reformulação radical de suas filosofias, metodologias e estruturas de ensino e pesquisa. Receberam concomitantemente, doações maciças de laboratórios, equipamentos científicos de precisão, material bibliográfico, veículos e outros. A partir desses convênios, os profissionais das ciências agrárias, notadamente aqueles mais envolvidos com o ensino e a pesquisa, passaram a ser reciclados quase exclusivamente nas Universidades americanas, em seus cursos de especialização e pós-graduação. Esta relação de proximidade criou um ciclo de intercâmbio técnico-científico que influenciou quase todas as escolas agrárias brasileiras.

Assim, toda a área de ciências agrárias passou a sofrer uma forte influência americana, onde era dada a ênfase aos processos tecnológicos químico-mecânicos em

detrimento das práticas biológicas vegetativas. Outro aspecto interessante foi que, ao invés da adoção de um sistema de formação generalista, optou-se no Brasil pela especialização profissional.

Ao mesmo tempo, nas décadas de 50, 60 e 70, se consolidava um processo de manutenção e ampliação da subordinação das nações dos países do terceiro mundo aos interesses dos países desenvolvidos, em coerência com uma nova divisão internacional do trabalho. O processo se completou ainda através da criação dos centros internacionais de pesquisa e capacitação (CIAT, CIMMYT, IRRI, etc)⁴, que favoreciam o controle da difusão de material genético a nível mundial, material esse determinante de um padrão tecnológico de uma agricultura “moderna” altamente dependente dos insumos industriais.

A montagem do sistema brasileiro de pesquisa agropecuária se deu através da criação em 1974 da EMBRAPA, porém veio acompanhada de uma proposta tecnológica de geração e difusão de tecnologia, assentada na montagem de “pacotes tecnológicos” por produtos. AGUIAR (1986), mostra que o pacote consiste *“num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulam entre si e que são utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo os padrões estabelecidos pela pesquisa”*.

A padronização tecnológica passou a ter um papel fundamental na agricultura em todo mundo, apesar das grandes diversidades características de cada região. A padronização, que surgiu nos Estados Unidos no séc. XIX existe, tanto nos processos de fabricação quanto no produto final, reproduzindo normas de dimensões e qualidade previamente estipuladas para os produtos e seus componentes. Trata-se de um modelo que reflete a expansão do capitalismo no campo, onde “desenvolvimento” é concebido como crescimento econômico (de certos setores), industrialização e expansão dos mercados.

Do ponto de vista tecnológico, a Revolução Verde caracteriza-se pela: utilização de novo material genético melhorado e ainda mais padronizado; motorização e mecanização,

⁴ São os centros internacionais do milho, arroz e trigo.

para o cultivo de produtos de maturação homogênea. Isso tudo dificulta a diversidade e associações de culturas, implicando uma padronização espacial, com campos regulares e supressão de cercas, declives e depressões; quimificação, fazendo com que o controle de doenças e pragas passasse a ser feito por meio de pesticidas químicos, e o esterco ficasse substituído pela fertilização química. Esta padronização dos produtos obtidos resulta também das exigências e normas impostas pela nova regulamentação sanitária agroindustrial.

O modelo da Revolução Verde impõe não somente a padronização técnica, mas também uma padronização nos aspectos sócio-econômicos e políticos que provocaram grandes transformações de ordem organizacional e de gestão para os sistemas de produção agrícola. Os resultados imediatos foram o aumento dos rendimentos físicos da terra e a produtividade do trabalho, enquanto os custos unitários de produção ficaram reduzidos. Por influência desse modelo, as unidades de produção especializaram-se na produção de poucas variedades de mercadorias em substituição ao sistema tradicional de policultura-criação de animais. Os agricultores passaram a utilizar, cada vez mais, insumos industriais, e a vender prioritariamente para o mercado, sem visar o autoconsumo. Assim, como resultado da adoção desse modelo substituiu-se intensamente trabalho por capital implicando uma concentração da produção. Através do uso da tecnologia “racionalizaram-se cientificamente” as práticas agrícolas. As experiências dos agricultores tradicionais passaram a ser substituídos por meios de conduta padronizados, tanto na produção material, quanto na gestão das propriedades.

Apesar das divergências em torno da inserção total das relações capitalistas na agricultura, BONNY (1993) afirma que esses processos de padronização tecnológica, inseridos no mesmo contexto do fordismo e taylorismo, aplicados aos sistemas de produção industriais, passaram a ser também adotados para as atividades agropecuárias, embora com muitos aspectos particulares.

A adoção do modelo da Revolução Verde e do processo de padronização ocorre, segundo seus divulgadores, por vários motivos que se transformam em processos indutores,

tais como: a) argumentos técnicos (em verdade, os interesses da agro-indústria): o agricultor passa a encontrar, no mercado, sementes produzidas no contexto de um permanente processo inovador, e, com a motorização, aumenta o tamanho das parcelas de terra exploradas na propriedade; b) motivos econômicas: reduzem-se os custos de produção e melhora a rentabilidade, produzindo alimento abundante, liberando mão-de-obra da agropecuária; (vale responder aqui que é a agricultura familiar que produz a maior parte da produção para consumo interno quando a produção “modernizada” é orientada para o mercado externo; precisa ainda grifar que o país não demanda liberação de mão de obra, mas pelo contrário criação de empregos) c) educação do agricultor: os agricultores são aconselhados por técnicos das instituições de pesquisa e de empresas que comercializam os produtos industriais usados na agropecuária e, finalmente, pelos próprios técnicos da assistência técnica que recebem uma educação em escolas agrícolas centrada na concepção produtivista; veremos que reside aqui nossa principal crítica a esse modelo; d) interesses da agroindústria processadora: (talvez resida aqui a razão mais decisiva e não disfarçada da propagação desse modelo): firmam-se contratos de integração nos quais a empresa fornece ao agricultor, com os insumos, uma série de normas a serem seguidas no processo de produção, garantindo um fluxo regular de matérias primas e alimentos *in natura* e reduzindo os custos da agroindústria; e) regulamentação do Estado: visando assegurar a saúde pública e proteger os consumidores de fraudes e contaminações alimentares, mediante leis e regulamentos; (neste item, vale perguntar se a “saúde pública” é servida pelos agrotóxicos) f) para o desenvolvimento das exportações, o padrão torna-se uma barreira protecionista não-tarifária; no caso da integração européia, por exemplo, a harmonização das normas e critérios nacionais de homologação dos produtos constitui um processo complexo e difícil; g) considerações políticas e ideológicas: o modelo produtivista da Revolução Verde passa a ser seguido pelos agricultores como símbolo de modernidade, colocando em posição de inferioridade aqueles que não aderirem a esse modelo. (DUFUMIER & COUTO, 1998: p.87)

2.4.2 As conseqüências econômicas, sociais, políticas e ambientais dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde

Os sistemas agrários especializados que se desenvolveram no curso da revolução verde encontram-se diante de uma crise estrutural que está exigindo transformações radicais. No caso brasileiro, os impactos sócio-econômicos da modernização tecnológica da agricultura incentivaram a quimificação e mecanização, com forte impacto sobre o nível de emprego. O consumo de defensivos químicos cresceu a uma taxa superior a sete por cento, na década de 70. Entre os agrotóxicos, os herbicidas apresentaram as mais elevadas taxas de crescimento, seguidos pelos fungicidas e inseticidas. As vendas de fertilizantes quadruplicaram nessa mesma década, com forte intensificação de seu uso nos estabelecimentos maiores. Esse processo de tecnificação foi apoiado por uma política agrícola de crédito fartamente subsidiado (DUFUMIER & COUTO, 1998: p.90).

Se, de um lado, os subsídios viabilizaram o processo de “modernização” da agricultura brasileira, ao tornar mais barato o custo das máquinas e dos insumos modernos, de outro, eles foram parcialmente responsáveis pela queda da eficiência na aplicação desses recursos, e o seu descontrole deu lugar a desvios em favor de aplicações mais rentáveis, fora da agricultura.

Durante esse período a estrutura fundiária experimentou uma acentuada concentração da propriedade em poder de um grupo privilegiado de agricultores. Essa “modernização” favoreceu a concentração fundiária, pois um dos mecanismos condicionantes para a obtenção de créditos subsidiados, era ser proprietário de grandes extensões de terras, que funcionavam como garantia formal dos empréstimos. Assim, quanto maior o montante de terras, maior era o montante de crédito.

Portanto, conforme mostra AGUIAR (1986), o sistema nacional de pesquisa agropecuária, de assistência técnica e extensão rural e o de crédito constituíram juntos um tripé que viabilizou a implantação, através do Estado, do modelo da Revolução Verde no Brasil. Para esse autor,

“A modernização agrícola é um processo e uma ideologia. Como processo, a modernização traduz a inserção da agricultura brasileira na economia mundial constituída. Como ideologia, a modernização reflete o conteúdo político das formas de intervenção estatal na agricultura. O Estado põe-se, de fato, na origem do impulso da modernização, através do seguinte tripé: sistema nacional de pesquisa agropecuária, sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural e sistema nacional de crédito rural. Esses três instrumentos caracterizam o chamado pacote tecnológico que constitui o vetor do processo de modernização” (AGUIAR, 1986: p.123).

Havia uma consonância para bom funcionamento entres esses três sistemas. A necessidade de solicitação de créditos subsidiados obrigava os agricultores a atenderem a certas exigências, entre as quais a elaboração de um projeto que era, em geral, elaborado pela assistência técnica oficial; esta se encarregava também do acompanhamento da sua execução. Nesse projeto, os agricultores se comprometiam a utilizar um “pacote tecnológico” — resultado das pesquisas da EMBRAPA. Tais procedimentos facilitavam a aceitação e liberação dos créditos pelo sistema bancário, segundo as normas do sistema nacional de crédito rural.

Assim, esse processo chamado de “modernização conservadora”, reforçou as contradições, desigualdades sociais e regionais, embora não se possa negar que tenha promovido, em duas décadas, uma progressiva elevação da produtividade física para alguns produtos comerciais, regiões e categorias de produtores. A desigualdade é uma característica marcante desse processo modernização sendo que ela ocorreu, com maior intensidade, nas regiões Sudeste, Sul e, especialmente, nas lavouras de exportação. Tampouco se ignoram os ganhos de produtividade do trabalho no contexto dessas atividades que foram fortemente subsidiadas pela política agrícola. Porém, houve uma exploração da mão-de-obra temporária, aumento de desemprego, da subocupação e,

conseqüentemente, um elevado aumento do êxodo rural constituindo num aspecto extremamente negativo e conservador dessa “modernização”.

A “modernização” da agricultura brasileira também não pode ser dissociada do processo de internacionalização da economia. Neste caso, a intervenção do Estado constituiu-se num meio através do qual se intensificou a integração da agricultura aos interesses das indústrias fornecedoras de máquinas, equipamentos e insumos, a montante, e aos interesses das indústrias processadoras de produtos agrícolas, a jusante (AGUIAR, 1986: p.120).

Além disso, as políticas e as ações do Estado também atenderam aos interesses da elite agrária brasileira favorecendo os produtos de exportação em detrimento daqueles destinados ao consumo interno. A intervenção do Estado foi um dos traços determinantes desse processo: favoreceu a rapidez e a intensidade com que ocorreu; os efeitos que produziu nas relações de trabalho, na exacerbação da concentração fundiária e; principalmente, na desigualdade produzida pela adoção desse modelo de desenvolvimento. Um bom exemplo da influência do modelo produtivista da Revolução Verde pode também ser visto pela política de implantação do ensino de ciências agrárias no Brasil.

O Brasil era um país essencialmente exportador de produtos agrícolas até o final do século passado, mas desde o início era também deficiente em estruturas que pudesse formar e capacitar os recursos humanos na área de ciências agrárias. Assim, vários problemas tecnológicos se mostravam limitantes para o aumento da produção e produtividade da agricultura. Somente a partir de 1880, foram instituídas as primeiras escolas de ciências agrárias no País, nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e alguns institutos voltados para à pesquisa agrícola. Foi a partir desse período que foi instalado, por exemplo, o Instituto Agrônomo de Campinas — IAC, a que cabia a responsabilidade da solução dos problemas das culturas do café e do algodão de São Paulo.

A concepção destas instituições de ensino e pesquisa sofreu, inicialmente, grande influência das escolas européias, de onde se originou grande parte de seus quadros técnicos

(França, Inglaterra, Alemanha, Áustria, dentre outros). Nesse período, o aumento da produção e produtividade era buscado através de processos biológicos vegetativos; era dada grande ênfase a rotação e à consorciação de culturas, à adubação verde, ao manejo e conservação da matéria orgânica, à integração da produção animal e vegetal; pela seleção de variedades se buscava obter a resistência genética ambiental.

Além das conseqüências sociais, econômicas e políticas, os impactos ambientais também fazem parte das críticas ao modelo produtivista da Revolução Verde. Todavia, os efeitos dos impactos ambientais revelam-se ainda mais graves no longo prazo, quando comprometem a própria base produtiva da agricultura⁵.

Ao adotarem esse modelo alicerçado na artificialização dos ecossistemas que provoca, ao longo do tempo, modificações nos ciclos bioquímicos da água, do carbono, do azoto e de numerosos elementos minerais, os agricultores simplificam o que é complexo — os ecossistemas naturais — substituindo-os por outros mais frágeis. O uso intensivo de arações provoca compactação e degradação física do solo, estimula a mineralização do húmus, acelera a decomposição da matéria orgânica prejudicando a atividade microbiológica dos solos.

O uso de grandes extensões de terra para o plantio de monoculturas comerciais voltadas para a exportação, como no caso brasileiro da soja, causado, algumas vezes, pelo desejo de obter lucros imediatos de produtividade sem que sejam consideradas as conseqüências de longo prazo, provoca a deterioração dos ecossistemas naturais. Nessas áreas ocorre uma rápida expansão dos parasitas, ervas invasoras e doenças específicas dessas culturas.

As preocupações ambientais não mais permitem que se ignorem os riscos inerentes a certas práticas agrícolas, em matéria de modificação de clima e da destruição dos ecossistemas. Esses impactos, junto ao meio ambiente, manifestam-se por uma redução da

⁵ Segundo ROMEIRO (1996), a agricultura é o setor onde o problema atinge não apenas os agentes econômicos fora dela — alimentos contaminados, por exemplo — mas degrada também a sua própria base produtiva, o que nem sempre ocorre com a indústria.

qualidade de vida das populações rurais e urbanas. No caso brasileiro, esses impactos têm conseqüências ainda maiores ao se aplicarem incorretamente elevadas doses de insumos agroquímicos (DUFUMIER & COUTO 1998: p.96). O uso excessivo de venenos tem graves repercussões sobre a saúde da população rural e urbana: problemas respiratórios consecutivos da inalação de pesticidas pelos agricultores, doenças causadas pelo consumo de legumes e outros alimentos que contêm altas dosagens de produtos químicos tóxicos.

Por outro lado, os processos de seleção de variedades e raças de elevada produtividade têm comprometido as qualidades nutritivas e gustativas desses produtos. Alguns produtos têm menores teores de vitaminas ou de aminoácidos essenciais: tomates pobres em carotenos, milho desprovido de lisina e tritófano, etc. Assim, começa a existir uma reação dos consumidores via mercado, principalmente nos países ricos do planeta. Pois sua renda elevada permite a esses cidadãos exigir qualidade. Também têm suas organizações que participam das decisões. Nesses países, os consumidores estão demandando produtos com tecnologia limpa, ou seja, alimentos “da fazenda”.

Assim a reivindicação de uma agricultura produtora de alimentos sadios torna-se um elemento de luta política. Para BOVÉ (2001)⁶,

“a soberania alimentar, a permanência do camponês, a recusa dos transgênicos, a biodiversidade, a ocupação do território, a diversidade cultural, a proteção ambiental, a luta contra as multinacionais – entre as quais as mais poderosas são as agroquímicas e as agroalimentares – são reivindicações que fazem da agricultura um desafio, uma questão central [...] a agricultura deve ser a atividade mais partilhada no mundo; ela está se tornando um eixo central de contestação e uma referência de resistência”. (BOVÉ 2001: p.208),

⁶ Bové é um agricultor com um perfil particular. Filho de pesquisadores agrônômicos, ele não serviu o exército por objeção de consciência. Estudou filosofia em Bordeaux. Ativo militante político, sua ação passa pela discussão dos problemas nucleares e militares.

No caso brasileiro, essas conseqüências têm sido maiores, pois muitas tecnologias utilizadas aqui foram desenvolvidas para os países de clima temperado.

Como procuramos mostrar, é urgente a “revisão” do modelo de desenvolvimento produtivista, tendo em vista que suas externalidades causaram problemas de ordem sócio-econômica e ambiental extremamente graves. Em segundo lugar, a sociedade em geral e os agricultores familiares em particular, têm o direito e o desejo de participarem de uma concepção de desenvolvimento mais harmônica e sustentável, que respeite as múltiplas dimensões (econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas) da questão. É neste contexto que deve ser colocado em discussão o caráter das políticas públicas de assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar no Brasil.

2.5- O MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DA AGROECOLOGIA

Entre os críticos da Revolução Verde cresce a consciência da necessidade de estimular um modelo agrícola alternativo, socialmente correto, ecologicamente equilibrado e que realize uma agricultura mais adaptada à realidade sócio-econômica de cada país.

Os precursores da agroecologia e da “Revolução Duplamente Verde” criticam a lógica da produção de inovações que consiste em desenvolver novas técnicas para depois verificar os impactos sociais e ambientais. Podemos definir a agroecologia como um conjunto de iniciativas que procuram aplicar técnicas científicas para garantir a reprodução dos recursos naturais e do meio ambiente, assegurando uma agricultura durável no longo prazo. Embora existam diferentes processos agroecológicos, como, por exemplo, a agricultura orgânica, biodinâmica e biológica (esta sendo a que mais avança nos mercados dos países ocidentais), os seus produtos são etiquetados com o selo verde “AB” e o seu faturamento é o que mais cresce na Europa.

A Revolução Duplamente Verde é a expressão de conceitos de desenvolvimento sustentável aplicado no desenvolvimento rural⁷. Ela procura internalizar sistematicamente as possíveis externalidades do sistema. A chave da internalização é o uso das funções do próprio ecossistema. O objetivo não é forçar e controlar o sistema, mas sim usar todas as suas funções para otimizá-lo. Todos os recursos têm que ser manejados para se regular os fluxos e se manter os estoques, que podem ser: de matéria orgânica; de nutrientes; de água; e de tempo visando a garantia de estoques alimentares e de lucros. Dessa maneira, todo o processo de manejo tem que estar integrado entre o solo, a água, os nutrientes, as pragas, etc. para que as capacidades dos ecossistemas cultivados sejam otimizadas e que os insumos artificiais (que podem ser eventualmente adicionados na etapa final) sejam apenas suplementos (GRIFFON, 1999).

Algumas instituições de pesquisa agrônômica do mundo já trabalham em torno de um sistema que parte da demanda sócio-econômica dos agricultores menos favorecidos para identificar as prioridades de pesquisa. Em lugar de se perseguir máximos rendimentos por produto, utilizando-se insumos agrícolas convencionais, deve-se buscar sistemas de produção que substituam esses insumos e que apliquem conhecimentos das biotecnologias e da ecologia científica.

A agroecologia pode estar se constituindo como um novo enfoque alternativo para os estudos de desenvolvimento rural. Ela se contrapõe ao modelo tradicional de difusão das inovações adotado pela assistência técnica e extensão rural, mostrando-se ser mais adequada quando se trata de buscar os objetivos de equidade e sustentabilidade.

A agroecologia adota o agroecossistema como a unidade central de estudo, além de considerá-lo como uma unidade em que evoluem culturas específicas e suas respectivas formas de interação com o ambiente natural. Enfatiza a importância dos componentes da diversidade: biodiversidade ecológica e sócio-cultural, além da dimensão local e o

⁷ Conforme o texto de GRIFFON, Michel. **A Revolução Duplamente Verde: modelos e realidades**, 1999 (mimeo)

conhecimento do agricultor, que surge como base de um potencial endógeno capaz de promover um desenvolvimento sustentável.

Na perspectiva agroecológica, não se nega a importância das ciências agrárias, mas procura-se introduzir uma forma diferente de intervenção nos agroecossistemas, partindo de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentável, que é oposta ao modelo hegemônico baseado nos princípios da revolução verde. Para tanto, a agroecologia propõe mudanças na ênfase convencional das ciências agrárias, tomando em conta as interações complexas entre homens, cultivos, solos, animais, etc, que têm lugar dentro de cada agroecossistema e de forma diferenciada entre eles.

Em SEVILLA-GUZMÁN et al. (2000: p.86), a agroecologia aparece numa dimensão integrada em que as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante, dado que as relações estabelecidas entre os seres humanos e as instituições que as regulam constituem uma peça chave dos sistemas agrários, pois dependem do homem para sua manutenção; isso nos explica porque ela considera os ecossistemas como fortemente antrópicos.

No estudo de ALMEIDA (1999), a agroecologia exprime uma tentativa permanente de luta contra o desencantamento do mundo, próprio das sociedades modernas: nela temos embutidos, ao mesmo tempo, a solidariedade entre os homens e o respeito à natureza; através dela podem-se contemplar os interesses dos grupos dominados e mais ameaçados de exclusão. Na visão do autor, o princípio, que os atores e grupos sociais defendem através da agroecologia, baseia-se na premissa de que os indivíduos estão também à procura de solidariedade, identidade, autonomia, democracia e de bens que nem sempre são calculáveis e mensuráveis.

Os estudos de ALTIERI (2001), NOORGARD (1989) e SEVILLA-GUZMÁN (1987) mostram que a agroecologia tem sido reafirmada como uma ciência ou disciplina científica, ou seja, um campo de conhecimentos de caráter multidisciplinar que apresenta uma série de princípios, conceitos e metodologias através dos quais se pode estudar,

analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. Estes são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável. São nessas unidades geográficas e socioculturais que ocorrem os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas, constituindo o *locus* onde se pode buscar uma análise sistêmica e holística do conjunto destas relações e transformações.

ALTIERI (2001: p.18) mostra que o enfoque agroecológico propõe uma mudança nas tradicionais orientações tecnológicas desenvolvidas pelas ciências agrárias convencionais, procurando oferecer aos agricultores outras contribuições que vão além dos circuitos tecnológicos. Para esse pesquisador, a agroecologia procura a aplicação de conceitos e princípios da ecologia, da agronomia, da sociologia, da antropologia, da economia ecológica, dentre outras. O objetivo é transformar o modelo de agricultura convencional noutro modelo mais sustentável, buscando integrar também as variáveis econômicas, sociais, ecológicas, culturais, políticas e éticas.

No trabalho de NORGAARD (1989), as bases epistemológicas da agroecologia mostram que a evolução humana pode ser explicada com referência ao meio ambiente, ao mesmo tempo em que a evolução do meio ambiente pode ser explicada com referência à cultura humana. Dessa forma, o modelo de desenvolvimento sustentável deverá manter mais opções culturais e biológicas para o futuro e produzirá uma menor deteriorização cultural, biológica e ambiental que os enfoques das ciências convencionais.

WEID (2001: p.60) sustenta que os atuais debates entre especialistas do desenvolvimento agrícola em esfera internacional estão cada vez mais convergindo para a agroecologia como alternativa para a sustentabilidade da agricultura. De acordo com o autor, a agroecologia se define como uma abordagem que procura utilizar os bens e serviços da natureza da melhor forma possível, que favorece os processos regenerativos nos sistemas agrícolas, minimizando o uso de insumos que ameaçam o meio ambiente e a saúde de produtores e consumidores.

Portanto, a agroecologia se constrói mobilizando os conhecimentos e habilidades dos agricultores e incorporando os conhecimentos científicos mais avançados trazidos pela ecologia e biologia. Além disso, há uma forte tendência a uma relação privilegiada entre o emprego da agroecologia e a agricultura familiar, sendo o modelo mais adequado para o desenvolvimento sustentável. Voltaremos a esta consideração no próximo item.

Em relação à geração de conhecimentos agroecológicos, WEID (2001: p.61) explica que a agroecologia é uma abordagem que busca explorar a diversidade dos ambientes e exige desenhos específicos de sistemas produtivos para cada agroecossistema, ou seja, é uma abordagem que é intensiva no uso de conhecimentos, ao mesmo tempo em que é econômica no uso de insumos externos à propriedade. Tudo isso vai à contracorrente dos paradigmas dominantes da pesquisa, da formação e da extensão rural, que buscam produzir e disseminar pacotes tecnológicos a serem aplicados pelos produtores.

O mesmo autor (Ibid: 64) nos mostra ainda que as metodologias participativas da agroecologia apostam na capacidade dos agricultores de reavaliarem os seus conhecimentos, herdados ou próprios, e apreender os princípios da agroecologia de modo a construírem, eles mesmos, os novos desenhos de sistemas agroecológicos por meio da experimentação e aprimoramento, em permanente processo de socialização dos conhecimentos.

O estudo de CAPORAL (1998: 437) conclui que a agroecologia poderá ser uma estratégia importante para a prática de uma outra assistência técnica e extensão rural. De acordo com o referido autor, uma das premissas básicas é a idéia de sistema e do enfoque holístico requerido pela agroecologia, o que conduz a pensar os agroecossistemas como uma totalidade. Isto implica não somente a existência de aproximações interdisciplinares, mas, sobretudo, uma clara consciência da importância da participação dos agricultores nesse processo.

A agroecologia reconhece a existência de uma estreita relação entre a evolução das culturas e do ambiente natural. As ações dos técnicos extensionistas deveriam partir de

estudos de realidades locais, se opondo aos enfoques convencionais, segundo os quais os extensionistas são treinados para destruir a subcultura camponesa atrasada e considerada responsável pelos obstáculos ao progresso.

Na agroecologia o estudo da sociedade e grupos sociais exigem não somente o respeito da diversidade cultural dos agricultores, como também a necessidade de integrar alguns aspectos culturais antes considerados marginais ou sem importância na visão dos técnicos tradicionais da extensão rural.

A pesquisa de CAPORAL & COSTABEBER (2000) salienta que na agroecologia é possível destacar o papel conjunto dos agricultores e agentes externos na construção do desenvolvimento e na adaptação de tecnologias adequadas para essas situações locais específicas, de maneira que se restabeleça a necessidade de considerar as características de racionalidade próprias dos diferentes estilos de agricultura.

A natureza do desenvolvimento proposto pela agroecologia oferece elementos para estabelecer uma crítica científica ao modelo de modernização da agricultura, pois demonstra que esta “modernização” tende a simplificar a diversidade biológica e cultural além de tentar uniformizar os modos de vida.

Para CHAMBERS (1983), somente se poderá obter uma produção estável se for no contexto de uma organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a integração harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o meio ambiente. Nesse aspecto, o autor considera que a agroecologia fornece as ferramentas metodológicas necessárias para que, com a participação, os agricultores venham a se tornar os arquitetos e atores dos seus próprios projetos de desenvolvimento.

A abordagem da agroecologia sendo mais sensível às complexidades dos sistemas agrícolas locais, os critérios de seu desempenho incluem não só uma produção crescente, mas também propriedades como sustentabilidade, segurança alimentar, estabilidade biológica, conservação dos recursos com equidade. Ao contrário, um dos problemas do

modelo da revolução verde é que ela concentrou seus esforços nos agricultores mais bem providos de recursos, esperando que os agricultores progressistas servissem como exemplo a outros, em um processo difusionista de transferência de tecnologias.

Veja no quadro a seguir algumas diferenças entre o modelo de assistência técnica e extensão rural do modelo da Revolução Verde e do modelo da agroecológica.

Quadro 01: Algumas características para a diferenciação entre os modelos de assistência técnica e extensão rural do modelo da Revolução Verde e do modelo da agroecologia

Indicadores	Assistência técnica e extensão rural do modelo da Revolução Verde	Assistência técnica e extensão rural do modelo da agroecológica
Bases teóricas e ideológicas	Teoria da Difusão de Inovações. Conhecimento científico em primeiro lugar.	Desenvolvimento local. Agricultor em primeiro lugar. Resistência dos camponeses.
Principais objetivos	Econômico. Incremento de renda e lucro mediante a transferência de tecnologias. Aumento de produção e produtividade.	Ecosocial. Busca de estilos de desenvolvimento social e economicamente equilibrado e ambientalmente sustentável. Melhorar as condições de vida com proteção ao meio ambiente.
Compreensão sobre meio ambiente	Base de recursos a ser explorada para alcançar objetivos de produção e produtividade.	Base de recursos deve ser utilizada adequadamente de forma a alcançar estabilidade nos sistemas agrícolas. Evitar ou diminuir impactos ao ambiente e aos estilos de vida.
Compreensão sobre a agricultura	Aplicação de técnicas e táticas agrícolas. Simplificação e especialização.	Processo produtivo complexo e diversificado, em que ocorre a co-evolução das culturas e dos agroecossistemas.
Lógica para a agricultura sustentável	Intensificação verde.	Orientação pelos princípios da agroecologia. Tecnologias e práticas adaptadas a agroecossistemas complexos e às diferentes culturas.
Metodologia	Para transferência de informações e assistência técnica. Participação funcional dos beneficiários.	Para recuperação e síntese do conhecimento local, construção de novos conhecimentos. Investigação-ação participativa.
Comunicação	De cima para baixo. De uma fonte a um receptor.	Diálogo horizontal entre iguais. Estabelecimento de plataformas de negociação. Construir conhecimentos.
Educação	Persuasiva. Educar para a adoção de novas técnicas. Induzir a mudança social conservadora.	Democrática e participativa. Processo dialógico. Aumentar o poder dos agricultores para que decidam.
Papel do agente	Professor. Repassar tecnologias e ensinar práticas. Assistente técnico.	Facilitador ou assessor. Apoio à busca e identificação de melhores opções e soluções técnicas e não técnicas

FONTE: CAPORAL (1998), adaptado pelo autor.

2.6 -- A AGRICULTURA FAMILIAR E SUA IMPORTÂNCIA

2.6.1. O conceito de agricultura familiar

Atualmente, o debate sobre os conceitos e a importância da agricultura familiar é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas, oriundas das diferentes correntes de pensamento originadas dos representantes dos agricultores, dos intelectuais, dos técnicos ligados às ONGs e dos técnicos governamentais encarregados de elaborar as políticas para o setor rural brasileiro.

Observa-se que não existe um total consenso sobre a definição do termo “agricultura familiar”. Os agricultores familiares já foram chamados de pequenos produtores, colonos, camponeses, entre tantas outras denominações. Para muitos estudiosos, a denominação de agricultura familiar engloba todas as definições anteriores. Para outros, no entanto, esse conceito é muito amplo, dificultando o seu entendimento. Diversas significações ou classificações atribuídas a agricultores familiares diferem entre si, devido ao objetivo para a qual a expressão foi criada.

Por exemplo, a FAO, em seu estudo baseado no Censo Agropecuário de 1985, publicado em 1996, apresentou uma definição, incorporando como familiares os agricultores que possuem até um empregado permanente. O Ministério da Agricultura, para efeito do PRONAF, considerou como familiares todos os agricultores que contratam até dois empregados permanentes e detêm área inferior a quatro módulos fiscais. Quanto à CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais – Ela enquadra na categoria de “familiares” todos os agricultores que trabalham em menos de quatro módulos fiscais e que não contratam mão-de-obra permanente. Do ponto de vista acadêmico, a área parece não ter muita relevância, sendo a definição baseada no tipo de força de trabalho empregada (familiar ou contratada), na renda familiar e na gestão.

De acordo com WANDERLEY (1999: p.24 e 25), a agricultura familiar é entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de

produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo e o caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo; o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. Para a autora, a agricultura familiar não é uma categoria nova, embora, essa denominação venha sendo utilizada no Brasil com muita freqüência e intensidade nos últimos anos como se fosse uma novidade. Muitas vezes, fala-se de uma agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional pelo fato de ter assumido sua condição de produtor moderno.

Nesse sentido, essa categoria é genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. Assim, a agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que se funda sobre a relação entre propriedade, trabalho e família.

No contexto das atuais políticas públicas do estado brasileiro, segundo o texto do MAA (1996: p.7), instituidor do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o termo agricultura familiar aparece como sendo:

“Um modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre a gestão e o trabalho, a direção do processo produtivo pelo agricultor e sua família, a ênfase na diversificação, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, e o trabalho familiar complementado pelo trabalho assalariado”.

Essa definição diferencia os agricultores familiares – consolidados, em transição e periféricos - considerando os graus de integração ao mercado, das inovações tecnológicas, da gestão produtiva, da participação em políticas públicas e do controle da terra, jamais superior a 100 hectares.

Para NEVES (2001: p.2), a categoria agricultura familiar emergiu sob rápido consenso, aglutinando, num mesmo sistema de comunicação temática, tanto representantes

políticos dos agricultores e trabalhadores rurais como funcionários e *experts* da elaboração de princípios norteadores de políticas públicas e boa parte dos produtores intelectuais de várias disciplinas. Entretanto, ela não reconhece o termo agricultura familiar como conceito teórico, uma vez que ele é descritivo e politicamente classificador de um segmento de produtores. A autora também recomenda que os pesquisadores não a usem sem se lembrarem de que o trabalho político de reconhecimento social implica a valorização dos significados subjacentes à categoria.

Portanto, essa autora (ibid.: p.3) aceita a agricultura familiar mais como uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento, mobilizando a construção de novas posições sociais mediante engajamento político. Ela acredita que por esse engajamento o agricultor familiar se torna concorrente na disputa por créditos e serviços sociais; na demanda de construção de mercados e cadeias de comercialização menos expropriadores; na reivindicação de assistência técnica correspondente aos processos de trabalho e produção que coloca em prática; na reivindicação do reconhecimento do protagonismo no processo de decisões políticas que lhe digam respeito.

Desse modo, NEVES (2001: p.4) reconhece que esse engajamento dos agricultores familiares na construção de um projeto político é importante, porque corresponde ao deslocamento social de um segmento de trabalhadores e produtores pobres secularmente esquecidos frente aos privilegiados investimentos destinados à agricultura e à agroindústria exportadoras. Considera também que a abertura de espaços sociais propiciadores da elaboração de projetos, mesmo que em resposta a proposições de certos mediadores privilegiados, constitui uma forma de reconhecimento público da enorme dívida social para com tais agricultores, demandantes de recursos sociais fundamentais. Recursos cuja ausência é extravagante para este início de milênio – serviços escolares e médicos, energia elétrica e estradas, etc. –, mas também recursos instrumentais para a criação de canais de comunicação com outros mundos sociais. Recursos para a incorporação de outras formas de exercício de cidadania que reneguem a mutilação cultural e a desqualificação social, sempre operativas à condenação desses agricultores pelo atraso e pela ficção da resistência à mudança.

De acordo com CARNEIRO (1999), na agricultura familiar o núcleo da família é o que dá sentido de orientação às relações sociais. Ao mesmo tempo em que cria e reproduz valores socializados e inculcados nos indivíduos, a família também supõe um processo de individualização que pode negar, romper, modificar e até mesmo recriar valores num espaço de negociação e de tensões. O núcleo familiar não pode ser concebido como uma estrutura rígida e cristalizada -- de indivíduos e valores -- mas sim como uma estrutura flexível, plástica, que pode incorporar novos valores e criar novas percepções e práticas. Nessa visão, aceitar a noção de família e reconhecer a idéia de dinâmica é fundamental para se evitar o risco de se estabelecerem classificações rígidas, de base morfológica, que perdem justamente a capacidade de entender a inserção das unidades familiares na economia e na sociedade, captando a sua flexibilidade e vulnerabilidade. No entanto, essa dinâmica não pode ser entendida meramente como um conjunto de condições de ordem econômica, cultural e política que determinariam rigidamente o espaço da agricultura familiar.

Para ABRAMOVAY (1997), a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. De acordo com o autor, esta definição, embora não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional, é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas. A definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos — gestão, propriedade e trabalho familiares — estejam presentes em todas elas.

Para compreender a lógica da agricultura familiar, é necessário levar em conta a dinâmica interna, atribuída pelo próprio caráter familiar da organização social, que possibilita a essa forma social uma certa margem de autonomia na formulação das estratégias reprodutivas e na articulação com as condições externas. É importante enfatizar que a idéia de autonomia não implica a formulação consciente das estratégias a serem

implementadas pelo grupo familiar nem a independência em relação às condições internas. Mas, diferentemente do trabalhador assalariado, a unidade familiar de produção, por ser sustentada pela íntima relação entre relações de trabalho e laços de parentesco, apresenta maior margem de negociação interna na elaboração de caminhos alternativos de reprodução social.

2.6.2 - A importância da agricultura familiar para o desenvolvimento

A importância da agricultura para a sociedade brasileira pode ser inferida a partir de vários ângulos. De acordo com o Ministério da Agricultura (MAA, 1996: p.8), cerca de 90% dos municípios brasileiros têm no setor agrícola a base de sua economia e existência, e abrigam aproximadamente 75% da população no campo e cidades do interior. Na atual noção ampliada de agricultura, representada pelo conceito de *agribusiness*, que implica o conjunto articulado das atividades praticadas dentro e fora da porteira, o setor responde por cerca de 35% do Produto Interno Bruto – PIB – nacional e abriga cerca de 40% da população economicamente ativa.

No caso da agricultura familiar, observa-se que, historicamente, ela desempenha um papel relevante que chega a superar a agricultura patronal na produção, por exemplo, de carnes suínas e de aves, leite, ovos, batata, trigo, cacau, banana, café, milho, feijão, tomate, mandioca e laranja. A grande flexibilidade de adaptação da agricultura familiar aos diferentes processos de produção e variedade de fontes de renda a coloca como parceira importante na estratégia para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento. Outra vantagem refere-se à elevada capacidade de absorver mão-de-obra, o que a transforma numa alternativa socialmente desejada, economicamente produtiva e politicamente coerente para atacar os grandes problemas sociais do mundo urbano derivados de um modelo de desenvolvimento excludente.

Estatisticamente, os dados do Censo Agropecuário do IBGE (1995/96) mostram que existem aproximadamente quatro milhões de estabelecimentos rurais no Brasil; desses, 85,2% são estabelecimentos familiares, ocupando 30,5% da área total e respondendo por

37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. Vale destacar que dado o grande número dos estabelecimentos familiares, muitos dos quais com área muito reduzida, destinada à moradia e plantio de subsistência, esse percentual relativo à agricultura familiar deve ainda ser mais elevado, principalmente ao se verificar a existência de várias unidades familiares que não aparecem por estarem vinculadas à pecuária de corte e a cana-de-açúcar, produtos que são classificados no Censo como tipicamente patronais, com importante peso no VBP da agropecuária nacional.

De acordo com o documento *Novo Retrato da Agricultura Familiar no Brasil – O Brasil Redescoberto* (GUANZIROLI & CARDIM, 2000: p.21), verifica-se a importância da agricultura familiar no país em relação à geração de postos de trabalho. Mesmo dispondo de apenas 30% da área, a agricultura familiar é responsável por 76,9% do pessoal ocupado. Dos 17,3 milhões de trabalhadores da agricultura brasileira, 13,8 milhões estão empregados na agricultura familiar. Em relação à eficiência da agricultura familiar, os dados revelam que os estabelecimentos familiares produzem em média R\$ 104,00/ha/ano contra apenas R\$ 44,00/ha/ano dos agricultores patronais.

Numa análise comparativa entre as cinco regiões brasileiras, destaca-se o Centro-Oeste, que apresenta um menor percentual de estabelecimentos agrícolas familiares, representando 66,8% dos estabelecimentos e ocupando apenas 12,6% da área regional, enquanto a Região Sul é a mais forte em termos de agricultura familiar, representada por 90,5% de todos os estabelecimentos da região, ocupando 43,8% da área e produzindo 57,1% do VBP regional. Mas em termos absolutos, é o Nordeste que concentra o maior número de agricultores familiares, distribuídos em cerca de dois milhões de estabelecimentos (aproximadamente a metade de todos os estabelecimentos familiares do país e 88,3% do total dos estabelecimentos da região).

Em relação ao aspecto tecnológico, apenas 16,7% dos agricultores familiares brasileiros utilizam assistência técnica, variando de 2,7% na Região Nordeste a 47,2% na Região Sul. Entretanto, mesmo considerando essas diferenças, observa-se que o número

total de agricultores familiares com acesso à assistência é muito pequeno, particularmente no Nordeste e o Norte, onde, em média, apenas 9% dos estabelecimentos são atendidos.

Finalmente não se pode esquecer de que, apesar do grande número de estabelecimentos familiares, a grande propriedade no Brasil, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido (WANDERLEY, 1999: p.38). Foi ela quem recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. A referida autora afirma ainda que a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades como forma social específica de produção.

A discussão sobre a importância do papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força nos últimos anos, impulsionada pela necessidade de promover o desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Ademais, o aumento do número de agricultores atendidos pelo programa de Reforma Agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF — refletem e alimentam esse debate na sociedade.

Existe toda uma discussão delineada pela sociedade civil organizada, principalmente no interior dos movimentos sociais do campo e das organizações não-governamentais, sobre a importância e o papel da agricultura no desenvolvimento de cada nação. No caso do Brasil que tem uma forte dependência da atividade agrícola, o debate vem sendo retomado, provocando muitas divergências. Está crescendo a consciência de que o papel da agricultura brasileira no processo de desenvolvimento deve ser mudado para um modelo de desenvolvimento rural sustentável com equidade. Para tanto, será necessário definir novos papéis, fazendo com que a importância da agricultura familiar dentro de uma nova estratégia de desenvolvimento seja valorizada.

Por um lado, essa corrente critica fortemente a lógica do modelo da agricultura brasileira que tem desempenhado papéis tradicionais, tais como: promover alimentos e matérias-primas para a indústria a baixo custo; fornecer mão-de-obra barata para os outros setores da economia; servir de mercado para as indústrias de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas; gerar divisas para o país e financiar o desenvolvimento de outros setores da economia.

Por outro lado, tais defensores da mudança centrada no desenvolvimento sustentável colocam o desenvolvimento humano e os interesses nacionais no centro do processo, onde a agricultura, em especial, a agricultura familiar, deve desempenhar os seguintes papéis: gerar renda de forma desconcentrada; criar ocupações produtivas nos setores situados dentro e fora da porteira; garantir segurança alimentar, produtividade, qualidade, diversidade; reduzir a migração campo-cidade e das cidades pequenas para as grandes; gerar divisas para o país; apoiar a retomada do processo de desenvolvimento, contribuindo para uma maior participação do setor na economia; usar modelos de produção mais sustentáveis e contribuir para reduzir as desigualdades regionais.

Nos estudos de FERREIRA (1995: p.125), a produção de alimentos com base em modelos que propiciem auto-suficiência é altamente desejável, não só por motivos econômicos, mas ainda por questões de autonomia e segurança nacional.

A produção familiar pode representar o *locus* ideal para o desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável por apresentar melhores condições de operar em menores escalas e com diversificação/integração de atividades vegetais e animais, desde que seja alvo de uma política estruturada e implementada para esse fim. Assim, os agricultores familiares, com maior disponibilidade relativa de mão-de-obra, adaptam-se mais facilmente à obtenção de produtos diferenciados. Além disso, existem espaços de oportunidade para a agricultura familiar concernente aos padrões emergentes de consumo que, cada vez mais, deslocam-se dos valores energético-protéicos para os alimentos vitaminados, saudáveis e naturais.

O PRONAF é resultado do crescimento dessas novas concepções de desenvolvimento rural implementado por pressão dos movimentos sociais. Apesar de vários limites, o PRONAF deve ser considerado dentro desse processo, podendo ser um bom ensaio para a elaboração e para a implementação futura de uma nova política de desenvolvimento rural, adequada às especificidades da agricultura familiar e redirecionadora do modelo de desenvolvimento.

É preciso melhorar a assistência técnica e extensão rural voltada para a agricultura familiar, não apenas pela sua representatividade como também pelo volume de produção, eficiência, geração de empregos, enfim, uma conjugação de fatores sociais e econômicos que determinam a necessidade de uma forte atuação dirigida a esse público.

Através da agricultura familiar se aumenta a possibilidade de obtenção de melhores resultados em termos de desenvolvimento local, da exploração de atividades não-agrícolas na propriedade e de abertura de nichos de mercados específicos, o que vem exigir ações do Estado brasileiro visando a implementação de diversas políticas complementares e de ajustes ao PRONAF, podendo ser a assistência técnica uma das melhores estratégias para o sucesso dessa política pública.

Existe um perigo que a prática autoritária dos serviços de assistência técnica deveria estar voltada para atender os interesses da agricultura familiar, buscando eliminar a cultura da subalternidade e promover um outro desenvolvimento de modo mais autônomo; a partir daí os agricultores podem desenvolver seus próprios projetos de desenvolvimento.

Um dos obstáculos à afirmação de uma agricultura familiar autônoma, que tenha um papel ativo no desenvolvimento, reside num viés da assistência técnica relacionado com a cultura da subalternidade. O desafio maior é o de romper com esse sistema que mantém as desigualdades e a cultura da dependência, cuja origem deve ser buscada no período da escravidão e do coronelismo. Essa cultura baseada na troca de favores, situação em que os coronéis no passado e os patrões de hoje protegem e exploram os agricultores, sempre fez parte da realidade e da história dos camponeses no Brasil. Em troca dos "favores", os

trabalhadores se sentem obrigados a retribuir o favor na forma de apoio, ficando durante toda sua vida defendendo os interesses desses patrões exploradores que se mantêm no poder.

Nos estudos de FAORO (2001 p.712), a situação política do coronel se manifesta nos seus serviços de intermediação, onde ele pleiteia e distribui, protege e mobiliza a segurança coletiva. O papel do coronel é lidar com a polícia, com a justiça, tarefas que exigem a presença de quem possa recomendar o pobre cidadão, mal alfabetizado e sem maneiras. Essa dominação implantada através da lealdade, do respeito e da veneração, estiola no dependente até mesmo a consciência de suas condições mais imediatas de existência social, visto que suas relações com o senhor apresentam-se com um consenso e uma complementaridade, onde a proteção natural do mais forte tem como retribuição honrosa o serviço que, consensualmente, é exercido para o bem.

FAORO (2001, p.714), nos mostra também o quanto é difícil para o agricultor pobre do sertão descobrir que sua vontade está presa à do coronel, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que sofre numa criatura domesticada: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços.

FORMAN (1979: p.106) mostra que existe uma dinâmica na relação entre patrão-cliente, onde o acesso controlado a terra exige que os camponeses brasileiros procurem ligações com as pessoas que estão em situação mais vantajosa dentro do sistema de estratificação, sendo forçadas a se sujeitarem aos patrões que podem facilitar o acesso a recursos estratégicos e oferecer-lhes alguma segurança e proteção. Ora, na assistência técnica tradicional, o técnico é facilmente propenso a desempenhar esse papel de “coronel”, conseguindo recursos e atribuindo diversos favores provenientes de seu papel de mediador.

Portanto, a promoção de uma melhor assistência técnica não pode se dar apenas por uma questão de eficiência, de resgate do saber camponês e do respeito a sua dignidade. Trata-se de algo mais complexo, que tem importantes dimensões políticas. O papel dessa “outra” assistência deve ser de apoiar os agricultores familiares para que eles possam lutar por seus próprios projetos e não para os interesses de seus dominadores.

Um dos maiores problemas é que os técnicos da assistência técnica oficial colaboram e reforçam esse modelo de dominação, impondo projetos, tecnologias e créditos como favores e, em troca, esperam reconhecimento e agradecimento. Assim, os técnicos tradicionais, por praticarem ações assistencialistas, não contribuem para o processo de mudança social e de construção do desenvolvimento de maneira autônoma.

Capítulo 3

A EMATER-PB A SERVIÇO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA REVOLUÇÃO VERDE

3.1 Introdução

Na apresentação da problemática teórica do desenvolvimento, da assistência técnica e da agricultura familiar, procurei mostrar que é a partir dos modelos que se definem as estratégias, os meios e os papéis dos sistemas de assistência técnica e extensão rural. Agora, irei demonstrar que o modelo de desenvolvimento orientador da EMATER-PB está baseado no modelo da Revolução Verde. O objetivo será então analisar como este modelo vem marcando toda a instituição desde sua origem, definindo os sistemas de gestão, de diagnóstico, de planejamento, bem como a metodologia, a avaliação e a capacitação. Identificarei os problemas trazidos pela implantação deste modelo — que não é somente um modelo técnico, mas também político, econômico, social e cultural — para a agricultura familiar da Paraíba.

Desde a origem da EMATER-PB, não houve uma participação efetiva dos agricultores familiares na definição e na gestão dos serviços oferecidos pela instituição, pois, naquele período de implantação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, o Estado tinha uma configuração oligárquico-patrimonialista que penetrava nas estruturas dos órgãos públicos conforme mostrado por FAORO (1991). Assim, não existiam condições para garantir a publicização do poder do Estado. A montagem de toda a estrutura dos serviços contou com a ajuda externa dos Estados Unidos, que foram os maiores beneficiados, pois influenciaram a definição do modelo e das estratégias necessárias para a sua promoção junto aos agricultores paraibanos, atendendo aos interesses das agroindústrias externas. Os agricultores familiares não participaram da construção desse modelo de assistência técnica, que os considera apenas como receptores passivos das inovações tecnológicas.

Demonstrarei ainda que a estrutura de poder e de gestão da empresa é muito centralizada; por isso promove a exclusão política dos agricultores familiares. Ademais, evidenciarei que existe um processo de descentralização em curso dentro da empresa caracterizando-se como uma política neoliberal de afastamento do Estado das atividades econômicas e de promoção social. Essa política é aplicada, de maneira implícita, na gestão da EMATER-PB, atendendo aos interesses do poder político local na figura dos prefeitos municipais e das autoridades superiores. O modelo de gestão da empresa está portanto contribuindo para a manutenção da cultura da subalternidade que é historicamente marcante nessa região. Os conselhos e demais estruturas da empresa não tem promovido a participação dos agricultores familiares. Cheguei à conclusão que não existe uma aliança da empresa nem com os sindicatos dos trabalhadores rurais nem com as Associações nos municípios.

Vou mostrar também como os sistemas de diagnósticos e planejamento estão estruturados para atender às exigências do modelo da Revolução Verde. Esses são realizados, majoritariamente, pelos técnicos e gestores de forma centralizada e sem a participação dos agricultores familiares. Em alguns casos, os agricultores participam apenas de maneira funcional de algumas atividades desenvolvidas, porque essa forma de participação não lhes dá as condições de influenciar nas decisões. Isso ocorre porque as relações de poder são muito desequilibradas, predominando a superioridade do saber dos técnicos, que centralizam e controlam as informações. Os dados levantados são exclusivamente quantitativos e se concentram apenas nos problemas técnicos dos sistemas de produção. No planejamento da EMATER não são incluídas informações de ordem qualitativa que poderiam expressar os desejos dos agricultores familiares. Será mostrado que são as macro-diretrizes das políticas públicas do Estado que orientam o processo de planejamento de cima para baixo, influenciando os técnicos na definição das atividades prioritárias. O planejamento é elaborado e direcionado por produtos e criações, a partir dos quais, são definidas as metas visando aumentar a produção e a produtividade das cadeias produtivas.

Analisando as metodologias utilizadas pela EMATER-PB (as Unidades de Teste Demonstrativas — UTD's, os Dia de Campo, as palestras, os cursos, as campanhas e as visitas de intercâmbio), será mostrado como os enfoques metodológicos da empresa ainda carregam as mesmas características do início de sua história, quando o conhecimento devia partir do técnico para os produtores, estes sendo apenas os receptores das novas tecnologias. Esses enfoques caracterizam-se por um tipo de trabalho que busca apenas a adesão dos produtores às novas tecnologias. Não existe uma participação efetiva das comunidades e o processo de difusão de inovações tecnológicas é realizado sem considerar a realidade e os projetos dos agricultores familiares. Mostrarei que um dos problemas desse mecanismo é que ele não parte das reais necessidades dos agricultores, mas sim das informações já contidas nos manuais técnicos que foram construídos dentro de sistemas artificiais produzidos através de experiências de laboratório. Essas pesquisas não têm levado em consideração as racionalidades e as lógicas específicas da agricultura familiar que é centrada na família, mas levam somente em consideração as racionalidades dos mercados e dos próprios sistemas de produção, segundo a visão dos próprios cientistas. Portanto, essa metodologia de transferência de tecnologia é inadequada à agricultura familiar, porque na lógica da agricultura familiar, interesse econômico e interesses pessoais coincidem, distinguindo da agricultura empresarial.

Será mostrado que os mecanismos de avaliação utilizados pela EMATER-PB são organizados de maneira centralizada somente pelos técnicos e gestores. Além disso, o processo de avaliação se baseia apenas numa análise estatística relacionando atividades programadas e executadas, e não existe nenhum trabalho de supervisão. Assim, se avalia somente o cumprimento ou não das atividades em vez dos verdadeiros resultados alcançados, pois as informações qualitativas não são levantadas. Quanto aos mecanismos de capacitação, demonstrarei que eles são concentrados na área técnica em função das necessidades e deficiências das cadeias produtivas de cada produto. Ademais, será visto que existem deficiências no processo de formação dos profissionais de ciências agrárias voltados à agricultura familiar.

Por fim, apresentarei uma série de possibilidades para se construir uma outra assistência técnica na EMATER-PB. Não se trata de simples recomendações, mas de alternativas possíveis de serem implementadas dentro da empresa. Concluirei que os gestores terão de enfrentar os problemas, pois caso contrário à empresa continuará tendo baixa credibilidade e integração junto aos agricultores familiares e a sociedade. Mostrarei também que a construção de uma nova Política de Assistência Técnica poderá se constituir numa oportunidade de reestruturação da instituição, mas o futuro da empresa dependerá fundamentalmente, da vontade política do Estado da Paraíba e também da pressão dos movimentos dos agricultores familiares e dos técnicos.

OS PROBLEMAS DO MODELO E DA ASSISTÊNCIA PRESTADA PELA EMATER-PB

3.2 - Os problemas na origem da EMATER-PB

O serviço de extensão rural embora seja público, não nasceu como serviço estatal, mas sim através de uma associação criada a partir da parceria entre o governo do Estado de Minas Gerais e um órgão não estatal norte-americano denominado *American International Association for Economic and Social Development* — AIA, de caráter missionário, criado nos Estados Unidos e comandado pelo Sr. Nelson A. Rockefeller, na segunda metade dos anos 30. Esse serviço foi implantado pela Associação de Crédito e Assistência Rural — ACAR/MG em 1949, com o objetivo de desenvolver as atividades da agricultura, da organização e da economia doméstica, através de técnicas modernas. O instrumento principal utilizado foi o Crédito Rural Supervisionado, que financiava novas técnicas de produção e melhorias nas instalações do domicílio rural; os financiamentos eram concedidos através da Caixa Econômica Federal. (RIBEIRO, 2000, p.14)

Durante a década de 50, a experiência da ACAR de Minas Gerais serviu de modelo em vários outros Estados Brasileiros: ANCAR (PE, BA, CE) em 1954; ASCAR (RS), ACARPA (PR) e ASCARES (SC) em 1956; ACARES (ES) em 1957; ACAR (RJ, GO, MA, PA, AM e DF) respectivamente em 1958, 1959, 1963, 1965, 1966 e 1967; ANCAR

(SE, AL, PB, PI) respectivamente em 1962, 1963, 1964 e 1966; ARCAMAT (MT) em 1965. A ACAR/MG também deu origem à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR em 1956.

Em vários momentos, o serviço de extensão rural brasileiro teve o apoio dos representantes dos grupos econômicos dos Estados Unidos na sua concepção, implantação e avaliação. Uma forte intervenção ocorreu durante a Missão da USAID no Brasil, em 1962, oportunidade em que se formalizou o convênio da “Aliança para o Progresso”, firmado entre o Ministério da Agricultura, a ABCAR e a USAID, visando disponibilizar recursos financeiros para “aperfeiçoar” e ampliar os serviços no Brasil. Além disso, durante o período de 1951 a 1964, através da USAID, a ACAR-MG enviou aos Estados Unidos 25 extensionistas para treinamento. Também foram fornecidos pela USAID meios de transporte (jeep’s), de impressão e de informação, audiovisuais e materiais para as demonstrações; também foram disponibilizadas e transferidas diversas tecnologias para o recém criado Serviço Brasileiro de Extensão Rural (RIBEIRO, 2000, p.121).

Como foi mostrado no Capítulo anterior, o objetivo das políticas governamentais para a agricultura durante os anos 60 e 70 foi o aumento da produção e da produtividade dos produtos exportáveis. Nesse sentido, os serviços de extensão estabeleceram seus compromissos com esse modelo de desenvolvimento baseado na revolução verde assumindo a responsabilidade de sua promoção junto aos médios e grandes agricultores brasileiros. Assim, mesmo não sendo criado como um serviço estatal, ao passar do tempo, os serviços de assistência técnica e extensão rural foram fortemente influenciados pelas políticas governamentais, tanto do governo federal como dos governos estaduais, e tais serviços passaram também a montar suas estratégias em função dos interesses do Estado.

No Brasil não foram os agricultores os protagonistas da introdução dos serviços de assistência técnica, mas sim os agentes externos, representados pela AIA e pela USAID, com o apoio do Estado de Minas Gerais e, posteriormente, com o apoio do Estado Nacional. Portanto, a história de implantação dos serviços de extensão rural mostra que os problemas estão presentes desde sua origem.

No Estado da Paraíba, as atividades de assistência técnica e extensão rural tiveram início em 1955, com o funcionamento de 5 (cinco) escritórios locais e um regional da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural — ANCAR-PE, com sede em Recife, de onde surgiram as demais organizações extensionistas dos Estados do Nordeste.

Em 1958, a ANCAR-PE, verificando a necessidade de expandir a área de ação e de obter um maior apoio do Governo Estadual, decidiu criar os Programas Estaduais de Extensão. Assim, o Escritório Regional da Paraíba foi elevado à categoria de Programa autônomo, embora sendo auxiliado pelo escritório regional de Recife. Seis anos depois, em 1964, o Programa Estadual de Extensão da Paraíba transformou-se em Associação de Crédito e Assistência Rural — ANCAR-PB afiliada da ABCAR, com sede no Rio de Janeiro-RJ.

Em 1975, o Serviço de Extensão Rural da Paraíba foi transformado em uma nova entidade, denominada de Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PB, criada como empresa pública de direito privado. Esta prerrogativa jurídica atendia à política de descentralização do Governo Federal que criou, nesse mesmo ano, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural — SIBRATER —, tendo a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMBRATER — como coordenadora do Sistema em âmbito nacional.

Evidentemente, a EMATER-PB incorporou em sua filosofia de trabalho os princípios, as metodologias e os problemas advindos da sua antecessora ANCAR-PB. Entretanto, desde o início da introdução dos serviços no Estado da Paraíba eles foram subordinados às diretrizes e estratégias traçadas pela ABCAR, atendendo também aos interesses dos patrocinadores de origem externa representados, nesse caso, pela AIA e pela USAID.

Atualmente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER-PB, faz parte do setor público agrícola estadual, e é vinculada à Secretaria da Agricultura,

Irrigação e Abastecimento — SAIA-PB. Portanto, o Estado define a política, os objetivos e as grandes diretrizes, cabendo à empresa apenas elaborar as suas estratégias de ação visando cumprir as metas de trabalho. Assim, os agricultores familiares paraibanos não foram os criadores da EMATER, apenas eles recebem a assistência técnica prestada pela empresa.

3.3 – Os problemas no modelo e nos princípios que orientam as estratégias da EMATER

O modelo promovido é o da revolução verde, ou seja um modelo de desenvolvimento voltado para o uso intensivo de insumos e tecnologias, na maioria dos casos, inadequado à realidade da agricultura familiar. Para tanto, a empresa se coloca como “*uma agência de desenvolvimento das políticas públicas voltadas para o agronegócio paraibano*”. O uso de insumos químicos e agrotóxicos é incentivado via crédito rural, mesmo no caso do PRONAF, e os projetos ainda são elaborados de maneira padronizada, em função das recomendações técnicas para cada cultura e dentro da lógica dos “pacotes tecnológicos”.

Na Paraíba a EMATER tem como foco principal o apoio às principais cadeias produtivas do Estado e sua missão é “*contribuir para o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva rural, através da transferência de tecnologia agropecuária, ambiental, organizacional e gerencial, buscando a melhoria da qualidade de vida da sociedade paraibana*”⁸. Assim, na ótica da instituição, as tecnologias são geradas e disponibilizadas pelos centros de pesquisa, e a partir daí, a empresa faz a sua difusão promovendo a mobilização e organização dos produtores para receber as devidas orientações de como melhor aplicar essas tecnologias.

O princípio é que a EMATER-PB é uma empresa do governo estadual responsável pela implementação de políticas de desenvolvimento rural planejadas por ele. Assim, existe dentro da empresa um certo consenso entre os gestores e os técnicos de que ela é

⁸ De acordo com o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – PROATER /2000-2002, p. 07

“um instrumento para colocar em prática todo e qualquer Programa direcionado pelo Governo, em qualquer nível, ao homem do campo. Assim foi com o POLONORDESTE, com o Projeto SERTANEJO, com o PERCART, com o PRONASA, com o PROVÁRZEAS, etc., está sendo com o PAPP — atual COOPERAR —, com os diversos Projetos de Irrigação implantados e em fase de implementação, a exemplo das Várzeas de Sousa, com a realização da Reforma Agrária e com o PRONAF e, sem nenhuma dívida, será da mesma forma com qualquer outro que venha a surgir no futuro” (EMATER, 2003. p.3).

Isto significa que as orientações vêm de cima para baixo, geralmente inseridas dentro dos projetos governamentais, cabendo à EMATER-PB apenas definir as estratégias para atingir as metas já elaboradas dentro do planejamento global das políticas do Governo do Estado.

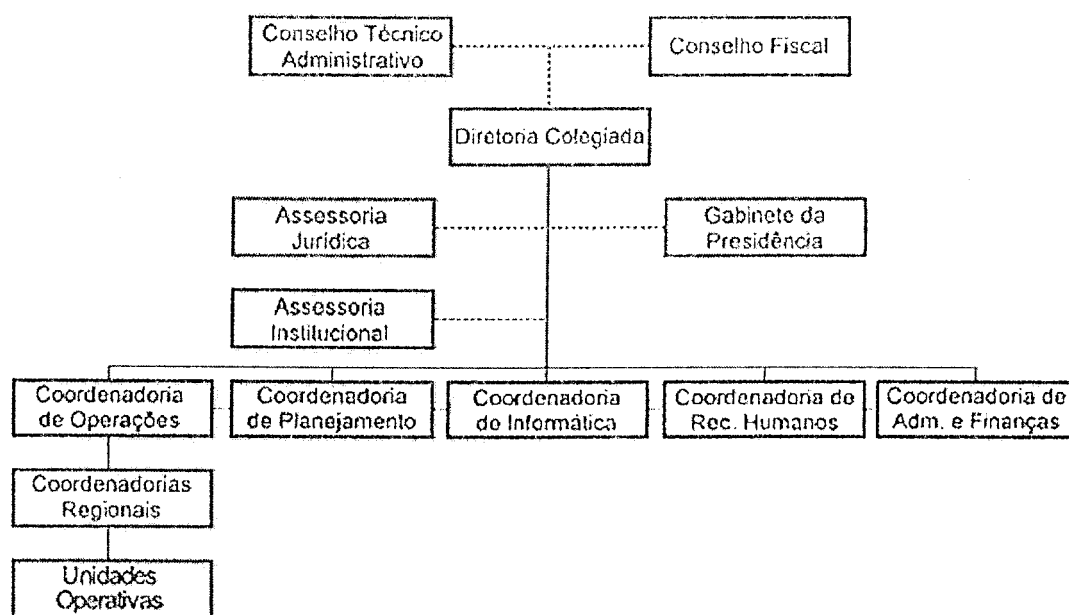
É claro que, como a própria EMATER-PB o reconhece, seguir esses princípios torna a sua missão muito difícil, primeiro porque o processo de transferência de tecnologia somente se concretiza quando o produtor passa a adotar aquela nova técnica ou ensinamento transmitido; segundo porque a decisão de usar uma determinada tecnologia somente ocorre quando o adotante se convence das conveniências e vantagens que lhe poderão advir das novas maneiras de realizar suas atividades (PROATER, 2000, p.32).

Como foi mostrado, essa origem da EMATER-PB determinou um modelo e princípios que vão marcando a entidade em todos os aspectos, tais como: na estrutura de organização e gestão, no planejamento, na metodologia, na avaliação e na capacitação. A seguir, será apresentada uma análise desses problemas provocados por esse modelo, procurando responder à pergunta: Quais foram os resultados desse modelo adotado pela EMATER-PB ?

3.3.1 – Na estrutura e na gestão da EMATER-PB

A estrutura da EMATER-PB é fortemente centralizada e os procedimentos são muito hierárquicos e verticais, baseados em chefias dos escritórios locais e regionais que detêm o maior poder de definição das estratégias, do planejamento e das metodologias para realizar os objetivos indicados nas diretrizes da empresa, inclusive a avaliação e o controle das atividades. Vejamos o organograma que mostra a estrutura da empresa:

ORGANOGRAMA 01: A Estrutura da EMATER-PB

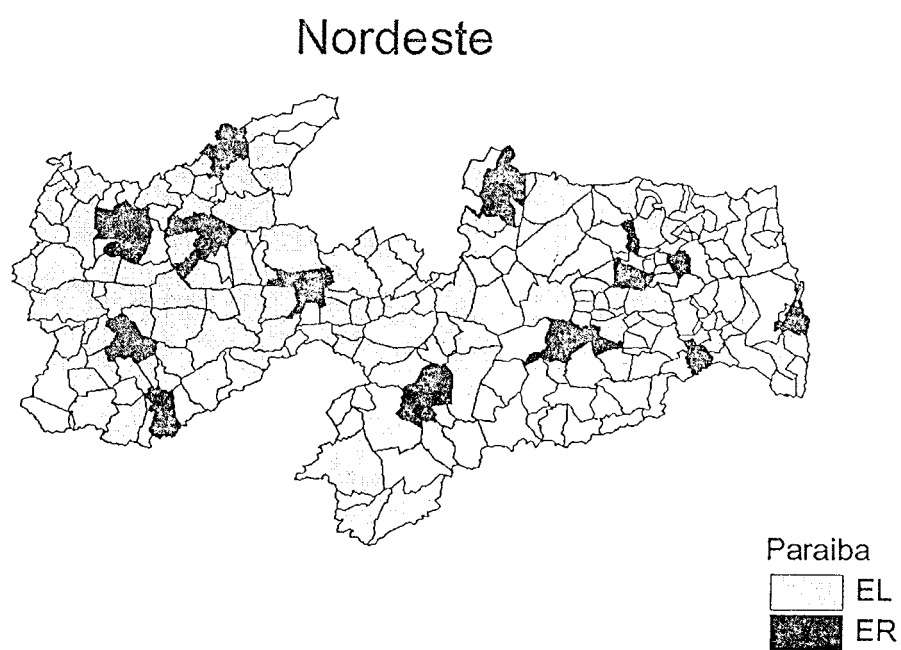


Dentro da estrutura da EMATER-PB, há um certo distanciamento da instituição em relação aos agricultores. Os Escritórios Locais são muito dependentes dos Regionais e do Central. As relações são muito burocráticas, as orientações vêm na forma de metas a atingir, e os relatórios na forma de estatísticas, sem nenhum conteúdo qualitativo que aponte para os problemas da instituição. Esse distanciamento ocorre também pela adoção de sistemas de planejamento e de avaliação baseados essencialmente em critérios quantitativos que dificultam o processo de obtenção das informações e de comunicação entre a instituição e os agricultores.

Os agricultores não participam da EMATER-PB. Não existem espaços e meios formais para promover e viabilizar a sua participação na estrutura de organização e de funcionamento da instituição. Nesse aspecto, a montagem de uma outra estrutura organizacional e de outras estratégias de comunicação com relações mais horizontais, poderia contribuir para a melhoria da assistência prestada pela EMATER-PB, conforme será mostrado posteriormente nas conclusões.

A estrutura operacional da EMATER possui um total de 829 funcionários e conta com 160 escritórios locais, procurando atender os 221 municípios do Estado da Paraíba. Vejamos a seguir o mapa 01 que mostra a abrangência geográfica da empresa.

Mapa 01: municípios com escritórios da EMATER na Paraíba



Legenda: EL=Escritórios Locais
ER=Escritórios Regionais

Como mostra o mapa anterior, existe um aspecto muito relevante dos serviços da EMATER-PB que é a sua capilaridade, ou seja, existe em quase todos os municípios do Estado um escritório local. Sua distribuição espacial poderia facilitar o acesso aos serviços de assistência técnica pelos agricultores familiares. Vejamos mais alguns dados sobre a amplitude da empresa na tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Indicadores da abrangência da EMATER-PB

Instituição / UF	Número de escritórios pólo ou regionais	Número de escritórios municipais e regionais	% de municípios do estado com escritório municipal ou regional*	Municípios atendidos no Estado		
				Total	%	Média por escritório
EMATER (PB)	14	163	73%	221	99	1,4

(*): % em relação ao total de municípios do estrado
 Fonte: dados da pesquisa de campo

Entretanto, os dados estatísticos disponíveis e as informações dos relatórios da EMATER-PB mostram que o público atendido atinge apenas 30% do público potencial da empresa. Essas informações evidenciam a existência de uma grande quantidade de agricultores familiares na Paraíba que não recebem nenhum tipo de assistência da empresa. Vejamos, a seguir, outros dados apresentados na tabela 02 e 03 que fazem uma relação entre o público atendido e o potencial dos agricultores familiares, por categoria, conforme a classificação do PRONAF.

Tabela 02: Distribuição do público potencial dos agricultores familiares na Paraíba

ESTADO	Grupo A		Grupo B		Grupo C		Grupo D		TOTAL	
	N.º	% nordeste	N.º	% nordeste	N.º	% nordeste	N.º	% nordeste	N.º	% nordeste
PB	10.695	6%	90.403	6%	30.608	7%	2.458	7%	134.164	6%

Fonte: dados FAO/INCRA (2000) com base nos dados do censo IBGE 1996 para os grupos B, C e D e dados INCRA de 2003, dos assentados a partir de 1996 para o grupo A

Tabela 03: Relação entre público potencial e público atendido na Paraíba pela EMATER-PB

ESTADO	PÚBLICO POTENCIAL (Agricultores familiares e assentados)*		EMATER-PB	
			Agricultores familiares atendidos	% do público potencial
Paraíba	134.164	6% (Nordeste)	39.800	30%

(*): Dados FAO/INCRA (2000) com base IBGE 1996 e INCRA (2003);

A EMATER-PB adotou uma política que visa construir parcerias com as prefeituras, procurando ampliar o atendimento. Porém, a pesquisa de campo mostrou que o objetivo principal da abertura às prefeituras é de compartilhar custos salariais dos técnicos e despesas de funcionamento dos escritórios locais. Essa repartição de custos com as prefeituras não corresponde a uma política de descentralização, mas ao que denominarei de “prefeiturização” que tem provocado uma série de conseqüências negativas para a empresa. Criou-se uma parceria com as Prefeituras, mas mantendo uma estrutura de organização e gestão centralizada. Além do mais, o repasse de custos às prefeituras torna o órgão extremamente dependente do poder político local, o que influencia fortemente o desenvolvimento de suas atividades.

Os dados da pesquisa de campo revelaram que a EMATER-PB tem convênio com 98 municípios, ou seja, com 44% dos municípios do Estado, sendo que em 45 deles, a EMATER disponibiliza o técnico e os escritórios e a prefeitura paga os gastos para custear o trabalho (gasolina, água, eletricidade, telefone, etc.). Em 53 municípios, as prefeituras colocam também à disposição o técnico que recebe do Estado uma quantia de 200 R\$ complementando o salário da prefeitura. Estes técnicos recebem uma capacitação (“nivelamento”) inicial pela EMATER, mas geralmente não têm o nível nem a experiência desejáveis para trabalhar como extensionistas; além do mais, são mais vulneráveis a atuações clientelísticas do poder público local. Vejamos, a seguir, os dados da tabela 04 que mostram a participação das prefeituras no trabalho da empresa.

Tabela 04: Participação das prefeituras municipais no trabalho realizado pela EMATER-PB

UF	N.º munic.	Prefeituras com algum tipo de relação com a ATER estadual		Prefeituras fornecendo técnicos		Prefeituras fornecendo infra-estruturas
		N.º	% do total das prefeituras do estado		% do total das prefeituras do estado	% do total das prefeituras do estado
PB	223	98	44%	53	24%	20%

Fonte: dados da pesquisa de campo

Portanto, a atual política de descentralização da EMATER-PB é problemática, na medida em que, ao realizar as parcerias com os municípios visando a complementação dos recursos de custeio da empresa, ela é levada à dependência e abre oportunidades para a ingerência do poder político local na instituição. O problema é sério, pois os relatórios mostram que a empresa necessita do repasse mensal de R\$ 120.000,00 — cento e vinte mil reais —; entretanto, o Estado repassa apenas R\$ 13.400,00 — treze mil e quatrocentos reais — (EMATER, 2003, p.10).

A não inserção dos recursos necessários para a manutenção dos custeios da EMATER-PB dentro do orçamento do Estado é o resultado de uma política neoliberal de “desengajamento” do Estado, ou seja, de seu afastamento das atividades econômicas e de promoção social. O objetivo maior dessa política é que o Estado passe a funcionar como uma empresa auto-sustentável. Esta política alimentada pela visão de mercado está sendo aplicada, de forma implícita, na gestão da EMATER-PB.

Um resultado tem sido o enfraquecimento da EMATER-PB e, como vimos, o fortalecimento dos interesses políticos locais na figura dos Prefeitos. Ademais, a referida política da EMATER-PB pode estar contribuindo também para a diminuição da qualidade dos serviços oferecidos e para a dominação dos agricultores familiares, visto que os técnicos são induzidos, pela falta dos recursos de custeio, a promoverem suas ações de acordo com os interesses políticos dos prefeitos municipais.

Os relatórios da EMATER revelam que os recursos humanos estão muito concentrados nas maiores cidades do Estado, em especial na sede e nos escritórios regionais. Existem muitos obstáculos para uma melhor distribuição da força de trabalho. De

acordo com os entrevistados, os gestores não têm autonomia para redistribuir os técnicos, assim o remanejamento da força de trabalho fica condicionado aos interesses do poder político local e, quando é realizado, não atende às necessidades da empresa.

Outro fator problemático para a gestão da EMATER-PB é a idade funcional elevada da sua força de trabalho. O Estado deveria viabilizar rapidamente a renovação do quadro de pessoal através da contratação de novos técnicos. Os relatórios mostram que quase 80% dos técnicos da empresa estão com um tempo de serviço superior a 20 anos e uma grande quantidade deles estão em via de se aposentarem. (EMATER, 2003, p.5)

Atualmente, o déficit da força de trabalho vem sendo suprido pela aceitação de servidores à disposição. Porém, não existem critérios de seleção que atendam aos interesses da instituição. Além de novas contratações, a alternativa poderá ser o retorno dos profissionais qualificados da EMATER que estão à disposição de outros órgãos do Estado e a respectiva devolução dos servidores que não se enquadram no perfil dos serviços de assistência técnica. Vejamos os dados da tabela 05 abaixo que mostra a distribuição dos recursos humanos da empresa.

Tabela 05: Distribuição dos recursos humanos nas regionais da EMATER-PB

Localização	Nível Superior			Nível Médio		Administrativos	SUB-TOTAL	A disposição da Emater	TOTAL
	Agropecuária	Social	Outras áreas	Agropecuária	Social				
Regional de João Pessoa	17	04	-	14	05	07	47	06	53
Regional de Itabaiana	05	01	-	09	04	09	28	08	36
Regional de Guarabira	08	-	-	13	03	09	33	15	48
Regional de Solânea	02	-	-	18	01	11	32	08	40
Regional de Areia	08	02	-	12	02	15	39	05	44
Regional de C. Grande	10	03	01	10	06	19	49	12	61
Regional de Serra Branca	04	-	-	08	02	04	18	22	40
Regional de Patos	12	01	01	13	09	25	61	11	72
Regional de C. do Rocha	02	-	-	08	02	13	25	06	31
Regional de Souza	13	-	-	13	02	19	47	14	61
Regional de Itaporanga	02	01	-	11	05	18	37	19	56
Regional de P. Isabel	03	01	-	06	07	09	26	11	37
Regional de Pombal	06	01	-	07	02	10	26	05	31
Regional de Picuí	07	-	-	06	-	04	17	12	29
TOTAL	99	14	02	148	50	172	485	154	639
Escritório Central	72			07		91	170	19	180

Fonte : Proater 2002.

Ademais, não existem mecanismos de promoção na EMATER-PB e a ascensão é automática, em função do tempo de trabalho do servidor que, ao completar 22 anos de serviços prestados, chega ao nível máximo do seu cargo. O último Plano de Cargos e Salários foi implementado em 1976. Nesses últimos anos, a EMATER não tem no Plano de Cargos e Salários como um instrumento de motivação dos técnicos. Assim, sem uma avaliação e incentivos, a busca de um melhor desempenho fica a critério da vontade pessoal e da ética de cada técnico. (veja a tabela da faixa salarial em anexo)